



O BRASIL E OS REGIMES INTERNACIONAIS AMBIENTAIS, COMERCIAIS E DE PROPRIEDADE INTELECTUAL: INTERESSES DOMÉSTICOS E NEGOCIAÇÕES MULTILATERAIS

PEDRO AZEVEDO DAHER CHAVES; NIVALDO DOS SANTOS.

Considera-se a segunda guerra mundial como uma marco histórico para as reorganização dos vínculos diplomático entre os países do mundo, favorecendo então a expansão dos mercados e de um novo sistema de produção chamado industrialismo. Como consequência disto, expandiu-se um novo sistema econômico em que a obtenção de lucros e a rotatividade de mercado são sufocantes. Com isto, foi preciso uma maior produção dos bens de consumo e para isto acontecer foi necessário uma enorme exploração de matérias primas em todo mundo. Com o passar dos anos, tanta exploração do planeta começou a surtir efeitos e sinais de que os métodos de produção atual são insustentável começaram a surgir. Em consequência desta desenfreada exploração, forças ativistas protestaram contra os efeitos colaterais deste novo sistema econômico e os Estados se viram obrigados a tomarem medidas que amenizassem a demasiada exploração dos recursos naturais. Daí surgiram uma série de tratados acordados entre os principais países consumidores de matéria prima e emissores de gás carbônico. Estes acordos são chamados em modo geral de Regimes Internacionais Ambientais. Com mais objetividade, neste trabalho foi pesquisado sobre a participação do Brasil dentro destes Regimes Internacionais e ainda se o mesmo vem obtendo êxito em seus programas ambientais. Foi no ano de 1992 que o Brasil transpareceu mais sobre suas ações em prol da causa ambiental, quando sediou a Convenção das Nações Unidas Sobre o Ambiente e Desenvolvimento e a partir daí vem sendo considerado como um dos países que mais se empenha nas medidas socioambientais. Porém, as conclusões não foram favoráveis às expectativas, pois, segundo as principais instituições que estudam o meio ambiente, a taxa de emissão de gás carbônico, ao contrario do que havia sido proposto, vem aumentando e as principais iniciativas de preservação da fauna e flora são tomadas por instituições privadas. Estas informações contribuem para criar uma visão mais critica e rígida sobre a politica ambiental.

Palavras-chaves: Regimes Internacionais. Eco- 92. Convenção do Clima Capitalismo.